



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 10.413

**Presidente da Mesa Diretora:** Martins Lima Filho

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Subsídios de agentes políticos

**Autoria:** Mesa Diretora

**Data:** 21/03/2023

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 30/2023. Dispõe sobre a atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Montes Claros. (Referente à Lei nº 5.530, de 28/03/2023).

**Controle Interno – Caixa:** 24

**Posição:** 15

**Número de folhas:** 11

---

Espécie: PL  
Categoria: Subsídios  
CX: 24  
Ordem: 15  
nº fls: 08



nº 12/2023

23.03.2023

# Câmara Municipal de Montes Claros

## PROJETO DE LEI Nº 30/2023

AUTOR:

Mesa Diretora

ASSUNTO:

Dispõe sobre Atualização Por Recomposição Inflacionária dos Subsídios dos Agentes Políticos da Câmara Municipal de Montes Claros - MG.

### MOVIMENTO

1 21/03/2023

2 Comissão Legislação e Justiça

3 Comissão de Finaças Orçamento Tomada de Contas

4

4 APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA  
Em 23.03.2023

5

6

7

8

9

10



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

PROJETO DE LEI Nº 30/2023



**DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO POR RECOMPOSIÇÃO INFLACIONÁRIA DOS SUBSÍDIOS DOS AGENTES POLÍTICOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS-MG.**

A Câmara Municipal de Montes Claros/MG, por meio de seus representantes, aprova e o Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, sanciona a seguinte Lei:

**Art.1º.** Ficam atualizados, por recomposição inflacionária, os subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, a partir de 01 de fevereiro de 2023, com base na variação do INPC/IBGE, do período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022.

**Parágrafo único** – O subsídio descrito no caput deste artigo não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea “e” do artigo 29 da Constituição Federal.

**Art. 2º.** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotação própria, constante do orçamento do Legislativo.

**Art. 3º.** Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

**Art. 4º.** Revogam-se as disposições em contrário.

Montes Claros, 20 de março de 2023

Mesa Diretora-2023/2024

Martins Lima Filho

Presidente

Maria Helena de Quadros Lopes

Vice-Presidente

Igor Gustavo Dias

Primeiro Secretário

Wilton Afonso Dias Soares

Segundo Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 21 DE MARÇO DE 2022  
[assinatura]  
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE FINANÇAS ORÇ  
AMENTO TOMADA DE CONTA  
EM 21 DE MARÇO DE 2024  
[assinatura]  
PRESIDENTE





## ESTIMATIVA DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

### 1 – JUSTIFICATIVA

O presente estudo visa demonstrar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro advindo de Projeto de Lei, que ***“dispõe sobre a atualização por recomposição inflacionária dos subsídios fixados na Lei nº 4.459/2011 com base na variação do INPC/IBGE apurada no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022”***.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Federal nº 101/2000) exige, para aumento de despesa, os seguintes requisitos:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

Portanto, no presente estudo faz-se constar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro.

### 2 – INFORMAÇÕES

#### 2.1 – Projeto de Lei

I – Atualização por recomposição inflacionária dos subsídios fixados na Lei nº 4.459/2011 com base na variação do INPC/IBGE apurada no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022 que foi de 23,05% (vinte e três inteiros e cinco centésimos por cento);

II – O subsídio não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea ‘e’ do artigo 29 da Constituição Federal.

#### 2.2 – Legislação Orçamentária

I – Lei Municipal nº 5.504, de 21 de dezembro de 2022 (Lei Orçamentária Anual);

II - Lei Municipal nº 5.458, de 23 de junho de 2022 (Lei de Diretrizes Orçamentárias);

III - Lei Municipal nº 5.400, de 15 de dezembro de 2021 (Plano Plurianual 2022-2025);

IV - Decreto nº 4.518, de 08 de março de 2023 (Suplementa dotação).

### 3 – METODOLOGIA

A projeção da despesa decorrente da atualização dos subsídios dos vereadores, por recomposição inflacionária, leva-se em conta os exercícios fiscais de 2023, 2024 e 2025, serão utilizados os valores relativos às dotações 3.1.90.11 – Vencimentos e Vantagens Fixas e 3.1.90.13 e 3.1.91.13 – Obrigações Patronais, na presente estimativa orçamentária financeira..

No que diz respeito às projeções, para os exercícios de 2024 e 2025 foi obedecido o limite previsto no inciso VI, alínea ‘e’ do artigo 29 da Constituição Federal;

*“e) em Municípios de trezentos mil e um a quinhentos mil habitantes, o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a sessenta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais;”*

Levando-se em consideração o aumento de despesa em virtude da atualização dos subsídios dos vereadores, por recomposição inflacionária, abaixo a análise individual de cada despesa:



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

**Tabela 1 – Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)**

**Resultado da Correção pelo INPC (IBGE)**

**Dados básicos da correção pelo INPC (IBGE)**

**Dados informados**

Data inicial 01/2020  
Data final 12/2022  
Valor nominal R\$ 15.193,00 ( REAL )

**Dados calculados**

Índice de correção no período 1,23052040  
Valor percentual correspondente 23,052040 %  
Valor corrigido na data final R\$ 18.695,30 ( REAL )

Fazer nova pesquisa

Imprimir

**Tabela 2 - Memória de Cálculo Valor dos Subsídios**

Valor do subsídio mensal do Deputado Estadual (Lei Estadual nº 24.266/2022)	Limite vereadores	Subsídios Vereadores
01/01/2023 a 31/03/2023 - R\$29.469,99	60%	R\$ 17.681,99
01/04/2023 a 31/01/2024 – R\$31.238,19	60%	R\$18.742,91

Obs.: Variação do INPC/IBGE apurada no período: 23,05% - valor subsídio corrigido: **R\$18.695,30**

**Tabela 3 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa**

Atualização dos subsídios	Subsídios	Ajuda de custo dezembro	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	69.955,79	69.955,79	909.425,25	1.047.187,70	1.047.187,70

**Tabela 3.1 - Memória de Cálculo – Incremento de Despesa**

Atualização dos subsídios – obrigações patronais	Obrigações Patronais	Projeção até 31/12/2023	Projeção 2024	Projeção 2025
	15.208,39	197.709,05	227.658,61	227.658,61

**Tabela 4 - Estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro**

Impacto sobre o Orçamento 2023	Gasto Estimado 2023	Orçamento	Impacto
	1.107.134,30	31.831.221,35	3,48%
Impacto sobre Limite Constitucional (art. 29-A, §1º, CRFB/88)	Gasto Estimado com Pessoal	Orçamento (limite 70%)	Impacto
	909.425,25	22.281.854,95	4,08%
Impacto do aumento de gasto com pessoal sobre o Orçamento 2023	909.425,25	31.831.221,35	2,89%
Impacto sobre o Orçamento 2024	Gasto Estimado 2024	Orçamento	Impacto
	1.274.846,31	28.795.840,00	4,43%
Impacto sobre o Orçamento 2025	Gasto Estimado 2025	Orçamento	Impacto
	1.274.846,31	31.545.400,00	4,04%

\*Previsão orçamentária do PPA 2022-2025 (Lei Municipal nº 5.400, de 15/12/2021). Decreto nº 4.518, de 08/03/2023





## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG

A tabela 4 indica a estimativa de impacto orçamentário-financeiro para os exercícios de 2023, 2024 e 2025.

Vale ressaltar que durante a execução orçamentária de 2022 e 2023 foi necessária a solicitação de suplementação de dotações do legislativo com anulação de dotações do Executivo, a fim de readequar o orçamento, haja vista a arrecadação superior ao estimado para a construção do orçamento, impactando diretamente nos valores recebidos pela Câmara Municipal.

### 4 – CONCLUSÃO

Considerando as informações apresentadas nas tabelas acima verifica-se que o presente estudo vinculado à atualização por recomposição inflacionária dos subsídios fixados na Lei nº 4.459/2011 com base na variação do INPC/IBGE apurada no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, que foi de 23,05% e que o subsídio não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea 'e' do artigo 29 da Constituição Federal, resultando no aumento de gasto de R\$1.107.131,80 até o término de 2023, R\$1.274.842,67 e R\$1.274.842,67 respectivamente nos exercícios de 2024 e 2025:

- I - atende aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal,
- II - com observância ao limite de 70% de gasto com pessoal,
- III - não ultrapassa 5% da receita do município com o Poder Legislativo,
- IV - as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023, conforme demonstrado e,

V - está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

A estimativa de gasto total com a folha de pagamento no ano, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, totalizará 62,92% (sessenta e dois inteiros e noventa e dois centésimos por cento) da receita da Câmara.

**Tabela 5 - Estimativa do impacto orçamentário-financeiro na Folha Anual**

ANO	RECEITA (R\$)	GASTO PESSOAL (R\$)	PERCENTUAL (%)
2023	31.831.221,35	20.024.903,95	62,92%

Concluimos, com base na estimativa acima, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que, de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Montes Claros-MG., 20 de março de 2023

**FERNANDA MIGUEL MARQUES FAGUNDES**

Assistente Técnica Administrativa  
Contadora CRC/MG 59976

**ADAILTON DA SILVA OLIVEIRA**

Coordenador de Contabilidade  
Contador CRC/MG 119441

### 5 – DECLARAÇÃO DE COMPATIBILIDADE DA DESPESA

(art. 16, inciso II da LC 101/2000)

Declaro, para os devidos fins que o aumento da despesa supracitada, tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e está compatível com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Montes Claros/MG, 20 de março de 2023

**MARTINS LIMA FILHO**

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS**

### **ASSESSORIA TÉCNICA LEGISLATIVA**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 30/2023 QUE “Dispõe sobre Atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Montes Claros/MG”, de autoria da Mesa Diretora.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Técnica Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

O presente projeto versa sobre atualização por recomposição inflacionária dos agentes políticos da Câmara Municipal.

A iniciativa de projetos versando sobre matéria financeira envolvendo o poder Legislativo é da Mesa Diretora, como no caso presente, sendo que não se vislumbra nenhum vício de iniciativa.

Quanto à atualização dos subsídios, por recomposição inflacionária, é prevista tanto na Constituição Federal quanto na Lei Orgânica Municipal, sendo que está se observando os índices e tetos legais, razão pela qual não se vislumbra ilegalidade em seu objeto.


Foi juntado ao projeto impacto financeiro que demonstra a capacidade financeira para a realização da despesa prevista no projeto.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei em questão é constitucional, legal e atende à forma técnica de redação.

Há que se ressaltar que a opinião jurídica não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 21 de março de 2023.

  
LUCIANO BARBOSA BRAGA  
Assessor Legislativo  
OAB/ MG 78.605





## **CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**

### **COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

#### **PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 30/2023**

**AUTOR:** Mesa Diretora

**MATÉRIA:** Dispõe sobre atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 21/03/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/03/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

#### **II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição tem por objetivo dispor sobre atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

O Projeto de Lei em estudo atualiza, por recomposição inflacionária, os subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, a partir de 01 de fevereiro de 2023, com base na variação do INPC/IBGE, do período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022.

De acordo com a proposição, o subsídio atualizado não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea “e” do artigo 29 da Constituição Federal.

De igual modo, dispõe que as despesas decorrentes da proposição correrão à conta de dotação própria, constante do orçamento do Legislativo.

A proposição também prevê que entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

Verifica-se que foi juntada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no qual a Mesa Diretora informa que a atualização por recomposição inflacionária dos subsídios fixados na Lei nº 4.459/2011 com base na variação do INPC/IBGE apurada no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, que foi de 23,05%, e que o subsídio não ultrapassará o limite previsto no inciso VI, alínea “e” do art. 29 da Constituição Federal, que fixa o limite do subsídio máximo dos Vereadores em calor correspondente a 60% do subsídio dos Deputados Estaduais, bem como atenderá aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal; observa o limite de 70% de gastos com pessoal, previsto no art. 29-A, §1º, da Constituição Federal; não ultrapassa 5% da receita do Município com o Poder Legislativo, conforme limite estabelecido pelo art. 29-A, inciso III, da Constituição Federal; as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023 e está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

De acordo com o parecer da Assessoria Técnica Legislativa, a atualização dos subsídios, por recomposição inflacionária, é prevista tanto na Constituição Federal quanto na Lei Orgânica Municipal, sendo que está se observando os índices e tetos legais, razão pela qual não se vislumbraria ilegalidade em seu objeto, bem como que à Mesa Diretora é atribuída a iniciativa legislativa em matéria financeira envolvendo a revisão geral da remuneração dos integrantes do poder Legislativo Municipal, não se vislumbrando, no caso, nenhum vício de iniciativa.

Desta forma, observa-se que a matéria trata de assunto de interesse local, de competência da Mesa Diretora, nos termos do art. 40, inciso XVII, da Lei Orgânica Municipal e do art. 43, inciso III, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, portanto, não incide em vício de iniciativa e não contraria normas legais ou constitucionais.



**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende a forma técnica de redação.

Sala das Comissões, 22 de março de 2023

Presidente: Ver. Aldair Fagundes Brito

Relator: Ver. Cláudio Rodrigues de Jesus

Suplente do Vice-Presidente: Ver. Raimundo Pereira da Silva





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 30/2023**

**AUTOR:** Mesa Diretora

**MATÉRIA:** Dispõe sobre atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

**I – RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas em 21/03/2023, com entrada na Sala das Comissões no dia 22/03/2023.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre matéria financeira, tributária e orçamentária, créditos adicionais, bem como sobre as contas do Prefeito e do Presidente da Câmara.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

A presente proposição tem por objetivo dispor sobre atualização por recomposição inflacionária dos subsídios dos agentes políticos da Câmara Municipal de Montes Claros-MG.

O Projeto de Lei em estudo atualiza, por recomposição inflacionária, os subsídios dos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal, a partir de 01 de fevereiro de 2023, com base na variação do INPC/IBGE, do período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022.

O subsídio atualizado não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea “e” do artigo 29 da Constituição Federal.

De igual modo, dispõe que as despesas decorrentes da referida lei correrão à conta de dotação própria, constante do orçamento do Legislativo.

A proposição também prevê que entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de fevereiro de 2023.

Verifica-se que foi juntada a estimativa de impacto orçamentário-financeiro, no qual a Mesa Diretora informa que a atualização por recomposição inflacionária dos subsídios fixados na Lei nº 4.459/2011 com base na variação do INPC/IBGE apurada no período de janeiro de 2020 a dezembro de 2022, que foi de 23,05%, e que o subsídio não poderá ultrapassar o limite previsto no inciso VI, alínea “e” do artigo 29 da Constituição Federal, resultando no aumento de gastos de R\$1.107.131,80 até o término de 2023, R\$ 1.274.842,67 e R\$1.274.842,67 respectivamente nos exercícios de 2024 e 2025, de forma que atende aos requisitos dispostos na Lei de Responsabilidade Fiscal, observa o limite de 70% de gastos com pessoal, não ultrapassa 5% da receita do Município com o Poder Legislativo, as despesas constam de previsão orçamentária para o exercício de 2023 e está de acordo com as previsões constantes da LDO e PPA.

A estimativa de gasto total com a folha de pagamento no ano, incluído o gasto com o subsídio dos Vereadores, totalizará 62,92% da receita da Câmara





**CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS – MG**  
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TOMADA DE CONTAS**

Foi declarado, ainda, que a entidade dispõe de recursos orçamentários e que, de acordo com a previsão de arrecadação (transferência do Executivo), haverá recursos financeiros suficientes para a realização destas despesas.

Nesse sentido, com base na estimativa apresentada pelo estudo de impacto orçamentário-financeiro, o aumento das despesas trazido pela proposição tem adequação orçamentária e financeira com a LOA e está compatível com o PPA e com a LDO.

Dessa forma, esta Comissão, no mérito, entende que a proposição se encontra de acordo com as normas constitucionais e legais, estando as respectivas despesas dentro dos limites admitidos pelas Leis Orçamentárias.

**III – CONCLUSÃO**

Diante do exposto, a Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas é favorável à aprovação da matéria pelo Plenário.

Sala das Comissões, 22 de março de 2023

Presidente em exercício: Ver. Valdecy Fagundes de Oliveira

Relator: Ver. Aldair Fagundes Brito

Suplente do Presidente: Ver. Edmilson Bispo dos Santos